



Professora Regiane Nakagawa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), fala sobre a vertente publicitária voltada às características da cultura.

Página 9.

Repúdio

Aprovação da MP 520 gera polêmica

A um passo de ser apreciada pelo Senado, a Medida Provisória que prevê a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares causa descontentamento nos professores e servidores federais e gera repúdio em todo o país. Confira na **página 3**.

Interior

Campus de Humaitá exige melhoras

Comunidade acadêmica revela em relatório a falta de infraestrutura do Campus da Ufam em Humaitá, além da dificuldade de comunicação com a sede em Manaus, carência de professores, acervo bibliográfico insuficiente e problemas no acesso à internet. **Página 5**.

Exposição

Fotografias revelam devastação

O fotojornalista Alberto César Araújo e o artista visual Rodrigo Braga retratam o desmatamento da floresta amazônica através de fotos e vídeos na exposição "Negativo - Territórios Descobertos" em cartaz, até o fim de junho, no Centro de Artes da Ufam (Caua). Confira na **Página 11**.



Faltam pesquisadores na Amazônia

Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) apontam baixos índices de pesquisadores na Amazônia na área de Ciência, Tecnologia e Inovação comparado ao sudeste do país e revelam a falta de investimentos na pesquisa na região amazônica. **Páginas 6 e 7**.

Editorial

No fechamento desta edição acontecia a aprovação do desastroso Código Florestal na Câmara Federal, que agora vai ao Senado. Quem sorriu aliviado e satisfeito foi o bloco ruralista e do agronegócio; quem deve primeiro sofrer as consequências é o pequeno agricultor novamente... No mesmo passo, vimos os deputados aprovarem o projeto de lei de conversão da MP 520, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para administrar os HUs. Mesmo sob vários pedidos de emendas, os deputados governistas lideraram o processo de votação, muitos como marionetes dos interesses mercantis camuflados pelo governo federal. As emendas partiram de matizes ideológicos diferenciados, mas convergiam quanto à privatização do serviço público e sua desvinculação com as universidades federais no que se refere a pesquisa, ensino e extensão (leia mais na pág. 3).

A repercussão de nossa reportagem principal da edição anterior, sobre o déficit de docentes na Ufam, foi ampla na mídia jornalística da cidade e no meio acadêmico, estimulando o aprofundamento e o debate sobre a questão. Estamos cumprindo nosso papel. Nesta edição, concentramos esforços para colher explicações quanto à divulgação de um número: a produção da região norte em ciência e tecnologia é resultado do esforço de 6% dos pesquisadores nacionais, segundo dados do professor Egler, da UnB, em artigo publicado e confirmado pelo CNPq. Ouvimos representantes de quase todas as instituições públicas de Manaus que trabalham com CT&I e elas foram unânimes em dizer o que parece óbvio: faltam investimentos financeiros e em recursos humanos para o amplo desenvolvimento da pesquisa na região. Talvez falte mais ainda uma concentração de esforços para que C&T se transforme em política pública efetivamente voltada para os interesses da maioria necessitada da população (pág. 6 e 7).

Depois dos conflitos nos campi de Benjamin Constant e Parintins (este ainda sem término), é o Instituto de Humaitá que inicia uma onda de reclamações. As reivindicações parecem se repetir, mas esperamos que a Reitoria não se repita na busca das soluções. Afinal, se agora elas vêm de forma mais cordata (através de documento apresentado em Consuni) a expectativa pela melhoria das condições de trabalho é semelhante a das outras unidades: urgência e presteza. Leia as reivindicações na pág. 5.

No "caso CEL", publicamos o artigo solicitado pela prof^a Kátia Vallina, que atuou como relatora do processo no Condep/ICHL, em resposta às afirmações que o ex-coordenador do projeto emitiu em artigo divulgado em nossa última edição. Em meio à troca de acusações, o projeto segue existindo sem a informação de que ele está se ajustando às decisões do Condep. O importante é que as práticas de funcionamento sejam corretas, que se dê a efetiva integração ao ICHL e que haja transparência em sua prestação de contas. Leia na pág. 10. Ponto final.

Por último, dos ventos de rebelião e luta que sopram na Espanha, principalmente da massa de jovens desempregados pela onda globalizante, trazemos o artigo-manifesto do escritor e professor Carlos Taiibo. Confira o nível de conscientização dos rebeldes na pág. 12.

Boa leitura!

Notas

Professores a salvo... por enquanto

O Ofício Circular nº32/2011 da Capes/CNPq gerou polêmica ao informar que pós-graduandos que já tivessem um emprego remunerado não poderiam acumular bolsa. A medida prejudicaria diretamente a formação dos professores das instituições de Ensino Superior de todo o Brasil e incomodou alunos de pós-graduação como um todo. O cinismo dos órgãos foi tanto que o ofício informava que os professores já tinham amparo suficiente da Capes, que oferece "programas específicos baseados em um planejamento institucional que define quais são as áreas estratégicas da IFES". Após muita briga o presidente da Capes, Jorge Guimarães, informou a anulação do ofício, fazendo o favor de "devolver" aos professores um direito que já era deles...

Discurso sobre educação vira hit na internet

A professora potiguar Amanda Gurgel deu uma aula diferente aos deputados do Rio Grande do Norte e, de quebra, virou hit na internet. O vídeo em que Amanda silencia os políticos ao falar da situação crítica da educação em seu estado já foi visto por mais de 1 milhão de internautas. A professora é ovacionada ao questionar como os deputados não se constroem em pagar a ela a quantia de R\$ 930 reais para "salvar o mundo" através da educa-

ção sem apresentar aos professores o mínimo de recursos para trabalharem. O vídeo pode ser acessado no link: <http://www.youtube.com/watch?v=yFktoO7lceA>

Morte Anunciada

A Universidade Federal do Pará e mais sete entidades sociais da região assinaram nota no dia 24 de maio responsabilizando o Estado Brasileiro – para ser mais exato, a Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra, o Ibama, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal – por mais uma morte anunciada. O caso ocorreu em Nova Ipixuna, naquela unidade federativa, onde foi assassinado o casal José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, assentado no Projeto Agroextrativista Praia Alta-Piranheira. Os dois foram emboscados no meio da estrada por pistoleiros, executados com tiros na cabeça, tendo Zé Cláudio a orelha decepada e levada pelos seus assassinos provavelmente como prova do "serviço realizado". Zé Cláudio e Maria do Espírito Santo (estudante do Curso de Pedagogia do Campo UFPA/FETAGRI/PRONERA) eram líderes do assentamento e produziam de forma sustentável no lote de aproximadamente 20 hectares, onde 80% eram de floresta preservada. Já haviam denunciado ameaças de morte de

que eram alvo há anos por parte de madeireiros e carvoeiros, mas não receberam proteção. "Direitos Humanos e Justiça são para quem neste país?", questiona trecho da nota. Por meio da carta, a UFPA e as associações do campo cobram justiça e informam que vão ficar em vigília, pois existem novas ameaças no ar.

Servidores do Norte em luta nacional

Durante uma assembleia realizada no dia 26 de maio, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintemas) aprovou por unanimidade o novo indicativo de Greve Nacional nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): 06 de junho. Na mesma data, os servidores da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Federal Rural da Amazônia (UFRA) também aprovaram o indicativo numa reunião realizada no hall da reitoria da UFPA. Segundo Carlos Almeida, presidente do Sintemas, quatro representantes do sindicato estarão presentes na Plenária Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra), programada para o dia 01 de junho em Brasília. Se depender do norte do país, as decisões equivocadas em relação à educação brasileira não serão aceitas sem luta.

charge



Fale conosco

Professor e professora do campus de Manaus e dos campi do interior, contribua para o jornal da Adua produzindo artigos, resenhas de livros e DVDs e sugestões de pautas. Sua participação é fundamental para um jornal plural. Entre em contato conosco pelo e-mail:

imprensa.adua@gmail.com

www.adua.org.br



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.
Diretoria: Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharcisio Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).
Jornalista responsável: Antônio José (Tomzé) Vale da Costa (DRT/AM 286)
Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398) e Susy Freitas (estagiária)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)
Fotografias: Anderson Vasconcelos, Lídia Ferreira e Susy Freitas
Impressão: Gráfica Ampla. 2000 exemplares.
Fone/Fax: (92) 3088-7009/3305-4103
e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)
Endereço: avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

Repúdio

Aprovação da MP 520 gera descontentamento em todo o País

A aprovação da Medida Provisória (MP) 520, que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), pela Câmara dos Deputados no último dia 25 de maio, foi repudiada pelos servidores e docentes federais de todo o País. Ainda no mês de junho, a medida será apreciada pelo Senado.

Em Manaus, servidores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Amazonas (Sintesam) se reuniram em assembleia, no dia seguinte à aprovação da medida. “Praticamente 90% dos senadores são a favor do Governo e vão aprovar a MP, mesmo assim ainda temos esperança de mobilizar a sociedade contra esta privatização dos hospitais”, disse o presidente do Sintesam, Carlos Almeida.

Segundo ele, a categoria pretende paralisar as atividades no dia 6 de junho em protesto pela aprovação da MP 520, entre outras reivindicações dos servidores. Além disso, um grupo de militantes, com representantes de todos os Estados, está se programando para fazer uma mobilização em Brasília (DF) no dia da votação da medida no Senado. “Perdemos a batalha, mas não perdemos a guerra, ainda há tempo de evitar que isso vá adiante”, enfatiza.

Mudança

Caso entre em vigor, no prazo de 60 dias após a publicação no Diário Oficial da União, a nova estatal irá administrar os hospitais universitários, unidades hospitalares e a



Foto: Lídia Ferreira

Um dia após a aprovação da MP520, servidores da Ufam se reuniram em assembleia para definir novas estratégias

prestação de serviços de assistência médico-hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na prática, por exemplo, os serviços oferecidos pelo Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), em Manaus, poderão ser cobrados, bem como dos demais HU's do país, ou seja, os hospitais passarão do caráter público para o privado. Também com a medida, os funcionários serão contratados sem concurso público.

O Conselho Universitário da Ufam (Consuni), após manifestar-se claramente contrá-

rio a MP520 em Nota de Repúdio, criou, na última reunião, realizada no dia 20 de abril, uma comissão para acompanhar os desdobramentos da Medida Provisória 520.

A comissão, eleita pelos membros do Consuni, é formada por quatro conselheiros. São eles: Carlos Almeida, Sebastião Cabral, Antônio José Vale (Tomzé) e Marina das Graças de Paulo Araújo.

O objetivo é acompanhar, detalhadamente, a tramitação das decisões no Congresso Nacional, o desdobramento das reações em todo o país e apresentar esse quadro nas

próximas reuniões do Consuni. “Queremos mostrar os pontos perigosos da MP 520 e embasar a nossa discussão para alertar a sociedade das consequências caso entre em vigor”, afirma um dos integrantes da comissão, Carlos Almeida.

Além disso, ele afirma que o relatório ajudará na criação de estratégias para evitar que a MP 520 entre em vigor. Carlos Almeida reforça que, mesmo com a aprovação pela Câmara dos Deputados, ainda é possível evitar a privatização dos HU's. “Essa medida vai prejudicar principalmente o aluno de medicina, principal público-alvo dos hospitais universitários. Com a MP, os HU's visarão o lucro e não mais o ensino”, diz.

Carlos Almeida ressalta que as mobilizações contra a medida, nos últimos dois meses, já trouxeram resultado. No final de abril, a Associação Nacional dos Hospitais Universitários e o Conselho Nacional de Saúde publicaram nota de repúdio sobre a MP 520. “São duas entidades essenciais para as discussões e que, antes, estavam a favor dessa privatização, mas com o esclarecimento do assunto, voltaram atrás e viram que não é a solução para melhorar a qualidade dos HU's”, diz. Lembrou, ainda, que aqui mesmo na Ufam, Adua e Sintesam fizeram um ato público, em frente ao Ambulatório Araújo Lima e Faculdade de Medicina, no dia 28 de abril, chamando a atenção da população, esclarecendo-a sobre as posições nefastas da MP520.

Reflexos da MP 520

Antes mesmo de ser aprovada em definitivo, a MP 520 já está gerando controvérsias em todo o País, com várias manifestações de servidores públicos e trabalhadores, além de pedido de demissão de alguns diretores de Hospitais Universitários.

Um dos principais reflexos foi no Hospital Universitário de Brasília (HUB), vinculado à Universidade de Brasília (UnB). No dia 02, a diretoria do hospital entregou ao reitor José Geraldo Júnior uma carta com o pedido de demissão coletiva em protesto contra a Medida Provisória. Na carta, que foi assinada pelos então diretores do HUB Gustavo Romero (diretor-geral), Elza Noronha (diretora de serviços assistenciais), Maria Emaculada Junqueira (diretora de Ensino e Pesquisa) e Laene Gama (diretora-executiva), a cúpula afirma que “é evidente a divergência de postura ideológica e prática entre a administração superior da Universidade de Brasília [e aquela di-

retoria] em relação à proposta do Ministério da Educação, contida na Medida Provisória 520”, ressalta a carta.

Pelo mesmo motivo, trabalhadores do Hospital das Clínicas paralisaram um terço das atividades em Salvador (BA), no último dia 14 de maio. O presidente do Sindipeç (Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado da Bahia), Joselito Luz, informou em nota a imprensa nacional que, caso vigore a medida, cerca de três mil postos de trabalho no hospital de Salvador serão extintos.

Em Santa Maria (RS), o Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de Santa Maria (ASSUFMS) e o Sindicato dos Docentes da UFSM (SEDUFMS) realizaram, no dia 4 de maio, uma mobilização, que reuniu perto de 200 pessoas e resultou em um abaixo-assinado contra a privatização dos HU's. “A nossa luta é em



Foto: Divulgação

Em repúdio à MP 520, os diretores do Hospital Universitário de Brasília, administrado pela UnB, pediram demissão coletiva

defesa de um modelo de universidade que continue pública, mantida integralmente pelo Estado, e referenciada nos interesses da maioria da sociedade”, argumenta o presidente da Sedufsm, Rondon de

Castro, em entrevista ao informativo do Andes. Também na Universidade Federal Fluminense, a Seção Sindical do Andes-SN realizou amplo debate sobre a MP 520 no dia 23.

Novo Estatuto

Propostas da Adua pretendem deixar processo mais democrático e transparente

Passado o período de instalação das Comissões de Base, discussão de sugestões e escolha de delegados, o processo de elaboração do novo Estatuto da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) entra em nova fase a partir do mês de junho, quando serão sistematizadas todas as propostas encaminhadas à Comissão Executiva do Processo Estatuinte (Cepe). Depois de realizar várias reuniões, estudos e até um seminário sobre o atual regimento

da Universidade, a Adua condensou todas as proposições em um caderno de textos que está disponível no site da Associação e deve chegar às mãos da comunidade acadêmica antes do Congresso Estatuinte, previsto para ocorrer em setembro deste ano.

As propostas estão organizadas em cinco grandes temas que poderão ser conferidas a seguir e também no endereço eletrônico www.adua.org.br. A expectativa da direção da

Adua é ter, pelo menos, parte das sugestões apreciadas pelos segmentos universitários e aprovadas durante o evento que vai definir o novo Estatuto da instituição de ensino superior. “Defendemos um conjunto normativo que possibilite imprimir um processo mais democrático, mais transparente e que limite a sanha privatista que tem tomado conta das universidades brasileiras”, afirmou o presidente da Adua, Antônio Neto, convidando a conferir as principais propostas.

Temas

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

A autonomia universitária está prevista em lei (artigo 207 da Constituição Brasileira), mas esse princípio continua longe de ser assegurado na prática, conforme avaliação dos professores. Com a aprovação de leis e decretos pelo Congresso Nacional e a edição de Medidas Provisórias (MPs), o governo federal impõe uma série de restrições à prática da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades. Basta conferir legislações publicadas desde 1995, sob as orientações da lógica do mercado (Lei 9.192/95; Lei 9.394/96; Lei 12.349/10; Decreto 7.232/10; Decreto 7.233/10; MP 435).

Há na MP 435, por exemplo, uma formulação explícita de normatização das parcerias público-privadas no âmbito das universidades, institucionalizando as fundações privadas como os espaços onde ocorrerá gestão administrativo-financeira. “Geralmente são fundações de apoio subordinadas às leis do mercado e que, de maneira geral, têm enfrentado frequentes processos de irregularidades administrativas e malversação dos recursos financeiros”, diz trecho do Caderno de Textos fruto do Seminário Estatuinte.

A fim de preservar a autonomia universitária, os docentes propõem que a Fundação Universidade do Amazonas seja a única gestora, gerenciadora, fiscalizadora, mantenedora a serviço do interesse público, para que a instituição possa gozar do caráter autônomo, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Além da autonomia, a constituição básica de um modelo que corresponda aos princípios, objetivos e tarefa fundamental da Universidade foi outro tema esmiuçado durante o Seminário Estatuinte. O debate a respeito da estrutura administrativa da instituição ocorreu em torno da manutenção do modelo adotado pela Universidade, sem prescindir das transformações

pelas quais vêm passando as universidades brasileiras nas últimas décadas.

Quanto a esse item, a categoria apresenta duas propostas. Uma trata da manutenção da estrutura de departamentos, por considerar que a mesma assegura as condições de desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, observando a sua finalidade primordial que é atender aos interesses da maioria da sociedade. Além disso, conforme avaliação da categoria, a estrutura departamental representa a menor unidade de poder da universidade e possibilita um nível de participação política e de controle mais eficiente que os modelos que vêm sendo implantados principalmente nas universidades particulares. A sugestão ainda é concentrar departamentos e cursos com afinidades disciplinares e os órgãos suplementares afins em uma mesma unidade.

Outra saída para a Universidade é manter uma estrutura fundada em colegiados, onde o Conselho Diretor figura como a instância deliberativa máxima dentro de cada unidade acadêmica. Tal colegiado contará com a presença de coordenadores pedagógicos de curso. Essa estrutura será composta pelo diretor, coordenador administrativo, corpo técnico-administrativo, coordenador acadêmico, colegiado de curso, coordenador pedagógico e coordenador de área. A ideia é evitar que as decisões fiquem concentradas nas mãos de poucos.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Esse é um tema que se considerado em sua inteira amplitude vai muito além dos processos internos de organização e distribuição do poder, pois passa fundamentalmente pelo acesso ao ensino por parte das amplas camadas da sociedade. O assunto por si só levaria a discussão para o âmbito da ampliação das vagas, da qualidade dos cursos noturnos e das políticas de assistência estudantil relativas à moradia, alimentação, entre outros. Mas, para permanecer no bojo da Estatuinte, a

discussão acerca de gestão democrática recai basicamente sobre o exercício do poder de decisão desde as estruturas mais simples até os conselhos superiores.

Com intuito de ampliar e aprofundar os mecanismos de controle coletivo, os participantes do Seminário Estatuinte promovido pela Adua propõem que a escolha do reitor e o vice-reitor ocorra de forma direta e secreta, com participação, no mínimo paritária, de todos os discentes, docentes e técnico-administrativos, encerrando-se o processo no âmbito da instituição. Da mesma forma, diretor e vice-diretor de unidades acadêmicas devem ser nomeados pelo reitor, após

Docentes vão defender proposições em cinco grandes temas durante Congresso Estatuinte

eleição direta e secreta, realizada em cada unidade, com participação, no mínimo paritária, dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. Em todos os processos decisórios a perspectiva é que haja transparência, por meio da publicação, divulgação e transmissão via web e TV universitária.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Por se tratar de dois temas com relação direta com as políticas estratégicas de desenvolvimento do país e da região, ciência e tecnologia implicam em produção e a socialização do conhecimento numa visão crítica e criativa, como atividade básica da Universidade.

Para esse campo, os docentes dizem tornar-se imprescindível duas questões: fluxo contínuo de recursos financeiros que assegurem as condições plenas de desenvolvimento das pesquisas; e uma política de Ciência e Tecnologia clara, definida no sentido do interesse público e sob controle social permanente. Observadas essas duas condições, as propostas para esse assunto são a não-privatização

dos espaços públicos geradores de ciência e tecnologia; a realização de trabalho integrado e discussão permanente com os demais setores da sociedade; a elaboração e execução de projetos de pesquisa sob responsabilidade de organismos colegiados, a partir de diretrizes de política de pesquisa definidas autonomamente pela Universidade; a apresentação de um plano de pesquisa, ciência e tecnologia que conste projeto arquitetônico para o funcionamento dos núcleos, a partir dos departamentos; e a criação ou organização de centros multidisciplinares, núcleos temáticos e artísticos culturais.

FINANCIAMENTO

Segundo os professores, é urgente e necessária a asseguuração do financiamento do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão nas universidades públicas como dever do Estado, destinando-lhes recursos orçamentários em montante não inferior a 12% do Orçamento da União, em dotação específica para a educação e vinculada a esse fim. No que se refere ao financiamento da pesquisa, nas Instituições Federais de Ensino Superior, é preciso lutar pela dotação de um percentual não inferior a 1,2% do PIB, como forma de preservação dos núcleos e das atividades pesquisadas no desenvolvimento da ciência e tecnologia do país.

Para isso, um dos mecanismos pode ser a implantação do sistema de dotação orçamentária global, entendido como um instrumento garantidor da manutenção da responsabilidade do Estado para com a educação pública e gratuita, além de ser parte de um planejamento participativo. Esse sistema deve privilegiar propostas elaboradas de forma a atender plenamente as necessidades da universidade, definidas a partir de planos acadêmicos (recursos necessários ao cumprimento dos planos de trabalho) e aprovadas por colegiados democraticamente constituídos. Some-se aí a obrigatoriedade de prestação pública de contas à sociedade, através de relatórios transparentes.

Humaitá reclama por melhores condições no campus da Ufam

Foto: Anderson Vasconcelos

Condições de infraestrutura inadequadas, acesso à internet limitado, dificuldades de comunicação com a unidade-sede, carência de docentes em disciplinas obrigatórias, escassez de equipamentos nos laboratórios e acervo bibliotecário insuficiente, apenas para citar alguns dos problemas. O “raio-X” da atual situação de precariedade do ensino superior exposto recentemente pela comunidade acadêmica do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia/Parintins se repete na unidade de Humaitá, a 777 km de Manaus. O “diagnóstico” está contido em um relatório apresentado pela representante docente daquele campus no Consuni, professora Suely Aparecida Mascarenhas, na última reunião do Conselho Universitário da Ufam (Consuni), em abril. Desde então, professores, técnicos e alunos cobram melhorias e promessas feitas pela reitoria durante a última campanha eleitoral, em visita ao município.

Para professores do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), em Humaitá, o atual momento representa o “processo de sucateamento do ensino superior”. A situação, segundo eles, chegou a esse ponto porque não houve avanço naquela unidade da Ufam. “Desde que foi lançado em 2006, o Instituto funciona sob as mesmas condições, sem acompanhar as demandas do ensino superior oriundas da região”, disse a também coordenadora do Laboratório de Avaliação Psicopedagógica, Educacional e Social da Amazônia (Lapesam), do IEAA.

Para Suely, a comunidade acadêmica daquele campus reconhece que houve avanço no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, a respeito da interiorização do ensino superior público no Brasil e na Amazônia, mas ressalta que o processo estancou. São vários os problemas enfrentados diariamente pelo corpo docente, discente e técnico do IEAA, além dos citados anteriormente, de acordo com as informações do relatório.

Alunos do curso de Letras, por exemplo, não têm professores nas disciplinas de Libras e Latim, que fazem parte da grade obrigatória dessa graduação. “Além da falta de docentes, em alguns casos os professores de Manaus chegam a ministrar curso rápido de uma, duas semanas, em Humaitá, procedimento que compromete a formação dos alunos”, completou. Segundo Suely, os próprios alunos sinalizaram descontentamento com os cursos de férias, pois limitam a qualidade do

processo de aprendizagem.

De acordo com dados do Departamento de Pessoal (Depes) da Ufam ocorreram nove vagas na unidade acadêmica de Humaitá, no acumulado dos últimos dois anos, em virtude de exoneração (sete), vacância (um) e falecimento (um). Entretanto, a estimativa é que faltam pelo menos 15 docentes no Instituto, conforme levantamento realizado pela titular do Conselho de Representantes de Unidade (Crad) da Adua em Humaitá, professora Ednilda Maria dos Santos. “Quando não há professor temos que remanejar as disciplinas para os semestres subsequentes”, disse. Docentes e alunos é que acabam contabilizando os prejuízos.

Outro agravante no Instituto é a falta de espaços adequados para que os professores possam prestar atendimento aos alunos, conforme as necessidades surgidas em sala de aula. “Muitos docentes chegam a atender os estudantes em suas residências, para estudos, planejamento de ações e pesquisa, visto que não há espaço para isso”, afirmou a coordenadora do Lapesam, professora Suely Aparecida Mascarenhas.

Comunidade acadêmica requer da Administração auto-tutela para qualidade do ensino superior

Para contornar os problemas enfrentados diariamente por professores, técnicos administrativos em educação e estudantes, a proposta apresentada pela comunidade acadêmica de Humaitá é conquistar autonomia da unidade acadêmica em relação à Ufam, com vistas à criação da Universidade Federal do Sul do Amazonas ou do Vale do Rio Madeira. “Com isso, a presença do Ministério da Educação seria mais significativa e o campus já poderia estar criando novos cursos e unidades acadêmicas em Manicoré, Lábrea e Apuí, onde há demanda pelo ensino superior, por parte de jovens que não têm condições financeiras para migrar a Humaitá”, justifica a professora.

O documento contendo as solicitações da comunidade acadêmica da Ufam/Humaitá já foi entregue à reitoria da Ufam e a expectativa é receber a visita da reitora no mês de junho, com as respostas para os problemas apresentados.

“A administração está se omitindo tanto aqui quanto em Brasília e isso não é segredo pra ninguém”, finaliza a docente, acrescentando que todos são responsáveis pela qualidade da educação.



A professora Suely Aparecida mostra relatório com as principais reivindicações

Solicitações da unidade acadêmica de Humaitá

Condições adequadas de trabalho (artigo 67/LDB/96);

Salas para atendimento aos estudantes;

Acessibilidade e acesso à internet;

Ampliação do acervo da biblioteca;

Conclusão das obras que estão paradas (dois prédios);

Aquisição de novos veículos para a unidade acadêmica;

Nomeação imediata dos professores e técnicos aprovados no último concurso;

Fornecimento de água potável para servidores no próprio ambiente de trabalho;

Restaurante Universitário;

Divulgação, estudo e a utilização do código de ética do servidor público.

Ciência e Tecnologia

Baixo índice de pesquisadores na

O desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na Amazônia avançou nos últimos 10 anos, mas continua com números discrepantes quando se compara com a região Sudeste, em relação a número de pesquisas, quantidade de pesquisadores, investimento na área, entre outros aspectos. É o que aponta o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as próprias instituições instaladas em Manaus.

No artigo “Capacitação para pesquisa e desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia”, publicado no livro “Conhecimento e fronteira - História da ciência na Amazônia”, o professor da Universidade de Brasília (UnB), Paulo César G. Egler, apresenta dados ainda do início do século. Segundo a publicação, nessa época, a região norte era responsável por somente 1,7% do total de pesquisadores no Brasil, enquanto que o sudeste apresentava o percentual de 63,1%. O norte também apresentava um baixo número de pós-graduações: apenas 1,9%. As informações atuais não mudaram muito desde lá: de acordo com dados do CNPq, o norte possui 6% dos pesquisadores brasileiros, contra os 50% do sudeste.

Os números mostram, de fato, que houve um aumento na quantidade de mestres e doutores na região norte e, especificamente no Amazonas. Porém, mesmo com um certo avanço, os dados revelam um abismo da quantidade de pessoas que fazem ciência nos estados amazônicos, comparado ao sudeste brasileiro. Em 2002, a região norte possuía 996 mestres, número que saltou para 2.993 em 2008. Enquanto na região sudeste a quantidade de mestre subiu de 5.374 (em 2002) para 9.403 (em 2008). “No período avaliado pelo Egler o crescimento foi tímido. Nos últimos oito anos a coisa mudou, e muito. É muito? Para o que tínhamos é. Para o de que precisamos, ainda é muito pouco”, afirma o secretário de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect), Odenildo Sena.

Em relação à quantidade de doutores, a diferença entre as regiões norte e sudeste também são desproporcionais. Enquanto o sudeste concentrava 21.207 doutores em 2002, no mesmo período o norte possuía 1.187. Em 2008, as duas regiões dobraram em número de pesquisadores com titulação de doutorado (norte: 2.957 e sudeste: 40.526) e a desproporção continua.

Apesar das diferenças nos números absolutos, a diretora-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas (Fapeam), Maria Olívia Simão, ressalta que a região foi a que mais cresceu em percentual. “De 2002 a 2008, aumentamos em número de instituições que desenvolvem pesquisa (215%), em quantitativo de grupos de pesquisa (202%) e em concentração de mestres

(130%) e doutores (149%). De uma forma geral, avançamos bastante, mas ainda precisamos crescer muito”, afirma.

Para ela, assim como para o reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), José Aldemir de Oliveira, há uma questão histórica para a desconexão entre o quadro de pesquisadores das duas regiões. Nas décadas de 50 e 60, os investimentos do Governo Federal em CT&I foram quase que exclusivos para as regiões sul e sudeste. Apenas no final dos anos 70 e começo dos 80 é que as regiões norte e nordeste passaram a ser contempladas. “Só mesmo uma política com um grande investimento para equiparar este quadro, principalmente investir em formação. Já estamos conseguindo isso. Na UEA, por exemplo, temos 292 mestrados e 59 doutorandos que vamos lançar no mercado em até dois anos”, afirma José Aldemir.

Para o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Adalberto Val, a região Norte é uma área fértil para pesquisa, tanto em termos de temas

De acordo com dados do CNPq, a região norte possui 6% dos pesquisadores brasileiros, contra os 50% do sudeste

para o desenvolvimento de pesquisas, quanto em mercado de trabalho. “O que falta é recurso humano, pessoas capacitadas. No Inpa, por exemplo, temos 200 doutores atualmente, mas a nossa capacidade hoje, permitiria termos 500”, diz.

O reflexo disso, conforme Adalberto Val, é que 50% das publicações científicas cuja Amazônia é tema são publicadas por pesquisadores estrangeiros. “Esses pesquisadores sequer passam um longo tempo por aqui e nem tem interesse em se fixar na região. A Amazônia é o ‘eldorado’ para pesquisa científica que ainda não despertou os pesquisadores brasileiros”, disse.

Conforme o diretor do Inpa, a quantidade de doutores nos estados amazônicos (incluindo alguns estados da região nordeste) não ultrapassa quatro mil. “Nem todos estão hoje, envolvidos com pesquisa”, disse. Segundo a diretora-presidente da Fapeam, existem mais pesquisadores doutores na Universidade de São Paulo (USP) do que em toda a Amazônia. “É preciso, portanto, intensificar rapidamente esforços para equilibrar essa balança historicamente desigual”, ressalta.

A realidade do segmento de CT&I na Amazônia caminha lentamente rumo ao desenvolvimento consciente da região. A árdua luta para alcançar tal equilíbrio, mais a concentração de recursos humanos e financiamento nas regiões “evoluídas” como sudeste e sul, apenas evidenciam outras desigualdades gritantes do país.



Foto: Susy Freitas



Para Adalberto Val, do Inpa, falta investimento em recursos humanos

Região precisa

Outro “gargalo” da CT&I, além da formação acadêmica, é o investimento financeiro por parte das instituições e do Governo Federal. Conforme dados do CNPq, no período de 1995 a 1998, 2,77% dos financiamentos de pesquisa efetuados pelo órgão foram destinados ao norte, contra 61,46% do sudeste. Tal porcentagem se mantém até hoje. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) também apresenta uma porcentagem semelhante: entre 1996 e 1999, somente 1,58% de seus recursos serviram à região, sendo que grande parte deles se distribuíram entre o Amazonas e o Pará.

Dados do CNPq mostram que nos anos de 2002 e 2003, o investimento na região norte foi de R\$ 11.207 milhões, enquanto na sudeste chegou a R\$ 131.163. Já nos anos entre 2006 e 2008, o investimento na região norte cresceu para R\$ 92.143 e da região sudeste para R\$ 527.623.

Mesmo assim, para o secretário da Sect, Odenildo Sena, o Amazonas se destacou em

Amazônia



a de mais investimentos

investimentos na área. De acordo com ele, o Amazonas é o quarto estado da federação que mais investe em CT&I, fica atrás apenas de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Em cinco anos, entre os anos de 2003 e 2009, a Fapeam investiu no estado um total de R\$ 198.296 milhões. Já o CNPq, também em cinco anos, no período entre 2002 e 2008, fez um investimento R\$ 130.173 milhões. “Nós estamos no caminho. O que precisamos, com a ajuda do governo federal, é acelerar muito mais a chegada dos investimentos aqui”, disse.

Para a diretora-presidente da Fapeam, Maria Olívia Simão, ainda vivemos, nos dias de hoje, consequências desses anos todos de esquecimento. “Se formos, neste exato momento, efetuar qualquer busca por indicadores da pesquisa no Brasil, vamos perceber a nítida discrepância - a despeito da clara estratégia empreendida pelo Governo Federal de descentralizar investimentos, que encontrou no caminho a grande força dos governos estaduais por meio de suas Se-

cretarias de Ciência e Tecnologia e de suas Fundações de Amparo à Pesquisa - resultante dessa distribuição desigual de atenção e recursos”, afirma.

Para o diretor do Inpa, Adalberto Val, os governos deveriam investir a mesma quantidade do Produto Interno Bruto (PIB) na área de Ciência, Tecnologia e Inovação. “Nossa contribuição é de 10% do PIB e o investimento não passa de 3% do orçamento federal”, ressalta.

O professor Neliton Marques, da Faculdade de Ciências Agrárias da Ufam (FCA), considera tais diferenças preocupantes. Porém, mais importante que apontar os problemas é a procura por alternativas: “De fato, preocupa-nos quando constatamos o forte desequilíbrio existente no Brasil, na infraestrutura acadêmica e científica - no sentido lato do termo -, com impactos negativos na condução da agenda científica local. Entretanto, temos que buscar estratégias de curto prazo, que possam contribuir para atenuar essas discrepâncias”, afirmou.

Em busca de soluções

Em busca de alavancar a produção intelectual nos campos de CT&I na Amazônia, algumas iniciativas se destacam. Para o professor Neliton Marques, da Ufam, as iniciativas históricas podem ser buscadas no Programa Trópico Úmido (PTU), projeto pioneiro, mas que não obteve resultados efetivos por conta de sua não-continuidade e desequilíbrio na distribuição de recursos. O Projeto Norte de Pesquisa e Pós-graduação (PNOPG), que data dos anos 1980, foi um pouco mais incisivo e auxiliou no surgimento de vários mestrandos institucionais, projetos integrados e programas de apoio à fixação de recém-doutores na região.

Já o Programa Piloto Para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), dos anos 1990, financiou e estabeleceu procedimentos para a conservação e uso sustentável dos recursos da região, sendo tão bem sucedido como os tradicionais Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Iniciativas como as citadas acima e muitas outras devem ser acompanhadas por movimentos de formação e fixação de recursos humanos para sanar de fato as desigualdades na região norte. No campo da formação, faz-se necessário aumentar o número de bolsas para programas de treinamento, iniciação científica e contratação de professores. Em relação à fixação de recursos humanos, é mandatário melhorar a infraestrutura institucional de pesquisa e apresentar uma boa remuneração financeira para professores e pesquisadores no norte do país.

Porém, para Neliton, apenas aumentar o número de bolsas é uma saída provisória, sendo necessária uma política efetiva de valorização da carreira acadêmica. “A

atual política de fixação de doutores baseado apenas em bolsas tem se mostrado pouco alentadora. Bolsa não fixa doutor em lugar nenhum, sobretudo numa perspectiva de médio e longo prazo”, explica. Ele também considera vital a implantação de novas instituições de investigação científica, destacando as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) como uma grande conquista para a Amazônia. “Mas isso não é suficiente. Há que se ampliar os investimentos em educação básica, no sentido de despertar nas crianças e nos jovens o senso crítico e o interesse pelas ciências e pelas artes”, frisou o professor. É dessa maneira que a Amazônia poderá estabelecer o que Neliton chama de Triângulo da Sustentabilidade Científica, calcado em fortes investimentos em Capacitação, Infraestrutura e Financiamento de programas e projetos estratégicos de interesse da sociedade.

A união de forças também faria diferença no desenvolvimento da CT&I na Amazônia. Parcerias interinstitucionais entre as diversas universidades e centros de pesquisa na região seriam uma maneira de integrar e complementar as atividades tanto de pesquisadores acadêmicos quanto profissionais. A escassez dessas parcerias na região amazônica é encarada pelo professor Neliton como um equívoco gritante. “Considero um erro de visão estratégica o fato de as organizações empresariais dessa região terem dificuldade em reconhecer a imensa janela de oportunidades de construção de parcerias inovadoras junto às universidades e demais instituições de pesquisas. Vale ressaltar que a dificuldade de diálogo é recíproca. Isso tem que ser superado”, afirmou o professor.

Crescimento do Número de Mestres Estados da Região Norte (2002 - 2008)

REGIÃO	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	2002	2004	2006	2008
NORTE	Amazonas	318	498	650	848
	Pará	366	479	568	772
	Tocantins	135	211	249	300
	Rondônia	46	54	98	138
	Acre	43	52	102	87
	Roraima	68	68	73	82
	Amapá	20	32	70	66
	Total	996	1394	1810	2293

Crescimento do Número de Doutores Estados da Região Norte (2002 - 2008)

REGIÃO	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	2002	2004	2006	2008
NORTE	Pará	543	733	943	1102
	Amazonas	433	652	863	1068
	Tocantins	55	151	194	291
	Roraima	74	80	106	166
	Acre	43	66	117	141
	Rondônia	32	78	107	124
	Amapá	7	12	40	65
	Total	1187	1772	2370	2957

Monopólio

As 10 transnacionais secretas que controlam as matérias primas

Alfredo Jalife-Rahme

Zheng Fengtian, professor da Escola de Economia Agrária da Universidade Renmin, na China, em divulgação de *Global Times* (13/4/11), fustiga “o monopólio dos cereais que o Ocidente exerce” e a “manipulação deliberada dos preços pelos especuladores internacionais” graças à desregulação de que gozam em Wall Street, assim como nos paraísos fiscais (nomeadamente a Suíça): “não podemos depender apenas dos Estados Unidos (EUA) para resolver a crise alimentar global” nem das “quatro (sic) gigantes (sic) transnacionais”.

Não especifica quais, mas os leitores podem consultar os meus artigos sobre o “cartel anglo-saxão da guerra alimentar e o seu mega-negócio” (*Radar Geopolítico, Contralínea*, 30/1/11). Fengtian adota a velha tese de Bajo la Lupa sobre a “guerra alimentar” que trava Washington para submeter o mundo: “no passado (sic), os EUA aproveitaram as vantagens do seu papel dominante no mercado global de alimentos para adotá-los como arma (supersic) política”.

O mundo anglo-saxão cacareja vaziamente sobre a transparência e a prestação de contas, enquanto oculta simultaneamente as suas “10 gigantes (sic) transnacionais secretas (supersic)” que “controlam a comercialização dos hidrocarbonetos e das matérias primas”, segundo *The Daily Telegraph* (15/4/11). Como se não bastassem as depredadoras transnacionais (BP, Tepco, Schlumberger/Transocean, etc.) que estabelecem suas cotações desapidadamente na bolsa!

Para além dos tenebrosos grupos da plutocracia, como o grupo texano **Carlisle** (ligado ao nepotismo dos Bush) e o inimputável **Blackstone Group** (controlado por Peter G. Petersen e Stephen A. Schwarzman, cujas façanhas remontam ao macabro recebimento dos seguros das Torres Gêmeas do 11/9), *The Daily Telegraph* revela a identidade oculta das “principais 10 transacionadoras globais de petróleo e matérias primas”:

1. Vitol Group: sede em Genebra e Roterdã, com resultados de 195 mil milhões de dólares na comercialização de hidrocarbonetos; a primeira petrolífera a exportar com pontualidade da região controlada pelos rebeldes na Líbia.

2. Glencore Intl.: sede em Baar (Suíça), com resultados de 145 bilhões de dólares em metais, minerais, produtos agrícolas e de energia; fundada pelo israelense-belga-espanhol Marc Rich; acusada



pela CIA (supersic) de subornar governantes, controla 34% da mineira global suíço-britânica Xstrata; apostou na subida do trigo durante a seca russa (*The Financial Times*, 24/4/11); o banqueiro Nat Rothschild “recomendou” o seu polémico novo diretor, Simon Murray (*The Daily Telegraph*, 23/4/11); se destaca a circularidade financeira do binômio Rotshchild-Rich.

3. Cargill: sede em Minneapolis, Minnesota, com resultados de 108 bilhões de dólares em agronegócios, carnes, biocombustíveis, aço e sal; severamente criticada pelo desflorestamento, contaminação de todo o género (incluindo a alimentar) e abusos contra os direitos humanos.

4. Koch Industries: sede em Wichita, Kansas, com resultados de 100 bilhões de dólares em refinação e transporte de petróleo, petroquímicos, papel, etc.; empresa familiar (a segunda mais importante nos EUA depois da Cargill) manejada pelos irmãos ultraconservadores David e Charles Koch, que financiam o Tea Party.

5. Trafigura: sede em Genebra, com resultados de 79,2 bilhões de dólares em petróleo cru e comercialização de metais; depredadora tóxica na África; provém da separação de várias empresas do israelense-belga-espanhol Marc Rich.

6. Gunvor Intl.: sede em Amsterdã e Genebra, com resultados de 65 bilhões de dólares em petróleo, eletricidade e carvão.

7. Archer Daniels Midland Co.: sede

em Decatur, Illinois, com resultados de 62 bilhões de dólares em milho, trigo, cacau; listada na Bolsa de Nova Iorque; atuação escandalosa e processada por contaminação reiterada; se beneficiou com os subsídios agrícolas do governo dos EUA.

8. Noble Group: sede em Hong Kong, com resultados de 56,7 bilhões de dólares em açúcar brasileiro e carvão australiano; sólidos laços com a HSBC e a polémica empresa de contabilidade Price Waterhouse Coopers; cotada no Índice Strait Times (Singapura).

9. Mercuria Energy Group: sede em Genebra, com resultados de 46 bilhões de dólares em petróleo e gás.

10. Bunge: sede em White Plains, Nova Iorque, com resultados de 45,7 bilhões de dólares em cereais, soja, açúcar, etanol e fertilizantes; multada nos EUA por emissões contaminantes.

The Daily Telegraph adiciona surpreendentemente como “menção especial” a Phibro, hoje subsidiária da Occidental Petroleum Corporation (Oxy): sede em Westport (Connecticut), com 10% dos resultados do banco Citigroup, em 2007, em petróleo, gás, metais e cereais, onde iniciou a sua “aprendizagem” o israelense-belga-espanhol Marc Rich.

Das 11 transnacionais piratas, cinco pertencem aos EUA, três à Suíça (notável paraíso fiscal bancário), duas são suíço-holandesas e uma é de Hong Kong (ligada à Grã-Bretanha). Se as 11 fossem cotadas

Divulgação

na bolsa colocar-se-iam na posição 7 (de 156) na classificação da *Fortune Global 500*. Sem penetrar na genealogia dos seus testas-de-ferro e verdadeiros donos, destaca-se a nefasta sombra do israelense-belga-espanhol Marc Rich em três empresas piratas: Glencore Intl., Trafigura e Phibro.

O israelense-belga-espanhol Marc Rich merece uma menção honrosa e com uma biografia mafiosa revela quicá uma das razões do hermetismo das “gigantes” transnacionais que não estão cotadas nas bolsas e que movimentam nocivamente verdadeiras fortunas sem o menor escrutínio governamental ou cidadão. Será mera casualidade que Rich apareça em três das “secretas” 11 empresas “gigantes” que especulam na penumbra com os preços dos alimentos, hidrocarbonetos e metais?

Marc Rich, perseguido por evasão fiscal nos EUA (logo perdoado, polemicamente, por Clinton), foi denunciado como “espião da Mossad israelense” (*Niles Latham, New York Post*, 5/2/01) e “lavador de dinheiro” das máfias (*The Washington Times*, 21/6/02).

O investigador William Engdahl expôs a 15 anos “a rede financeira secreta (supersic)” por trás dos banqueiros escravagistas Rothschild, o megaspeculador “filantropo” George Soros e Marc Rich. Cada vez se afirma mais o papel determinante de Israel na lavagem de dinheiro global.

Conclusão: Como pode uma transnacional “gigante” passar sem ser detectada na época da antiterrorista “segurança interna”? Será possível que no século 21 ainda existam empresas “secretas” e/ou piratas, que se dão ao luxo de não se cotar nas bolsas, mas que gozam de todas as vantagens do “livre mercado”, incluindo operações suspeitas em paraísos fiscais?

São “gigantes secretos” e/ou “clandestinos” tolerados pelo sistema anglo-saxão e seus mafiosos paraísos fiscais? Pode manter-se “secreta” a atividade dessas transnacionais “gigantes” que controlam os alimentos e a energia, usados como “armas de destruição em massa” contra a maioria do género humano?

Alfredo Jalife-Rahme é especialista em relações internacionais, geopolítica e globalização. É professor na Universidade Autônoma do México e publica regularmente nos jornais *El Financiero* e *La Jornada*.

(publicado originalmente em *La Jornada*; divulgado no site *Esquerda.net*, em 07.05.11, com tradução de Paula Sequeiros)

Entrevista: Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa

Uma publicidade que vai além do consumo

A publicidade se encontra em todos os lugares, seja na televisão, nas rádios, nos outdoors das ruas e até mesmo na roupa que vestimos todos os dias. E esse é justamente o objeto de pesquisa da professora Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa, doutora em Comunicação e Semiótica, coordenadora do curso de Pu-

blicidade e Propaganda da PUC-SP. Porém, a professora aborda a publicidade além das técnicas de convencimento do público a adquirir um produto; para Regiane, a publicidade é capaz de travar diálogos com os consumidores e a cidade, seguindo um caminho um pouco diferente do puro consumismo. A professora esteve recentemente

em Manaus para proferir a conferência “Publicidade, retórica e mediação na cidade” durante o Ciclo de Debates Comunicação no Espaço Urbano, evento promovido pelo Mediação – Grupo de Pesquisa em Semiótica da Cultura, da Ufam, e falou com exclusividade ao **Jornal da Adua**. Confira.

Em suas pesquisas, você trabalha com a ideia de que a cidade atua também como um meio de comunicação. Como isso se relaciona com a publicidade?

Eu tenho uma tese de que não é possível pensar a publicidade dissociada da relação que ela estabelece com os meios de comunicação, pois são pouquíssimos os meios de comunicação que surgiram com essa função exclusiva e que podemos definir de forma efetiva como eminentemente publicitários.

O que a gente observa é um movimento da cultura no qual você tem que incluir o comunicacional nisso tudo, no qual o meio publicitário acaba “parasitando” a comunicação, com um interferindo no outro. São através dessas relações que acontece a publicidade.

Nesse sentido, pensar a relação entre publicidade e cidade, antes de qualquer coisa, é pensar numa característica que é própria da publicidade, mas também pensar num olhar para a cidade que é diferente; é preciso pensar que a cidade não é apenas um suporte para a publicidade, e sim que ela constrói diálogos através desta. Dessa forma, a cidade é também um meio. Porém, não apenas um meio técnico, mas um meio enquanto ambiente.

Você também afirma que a publicidade pode ir além da persuasão,

criando verdadeiros diálogos entre produto e público de forma a fazer surgir os significados para este último. Como exatamente isso ocorre?

Antes de qualquer coisa, essa ideia de travar diálogos vem justamente dessa compreensão dos meios como textos culturais. Partindo desse princípio, Lótman [Iúri Lótman, teórico do campo da Semiótica da Cultura] afirma que o texto cultural é duplamente codificado, ou seja, ele sempre se forma do encontro entre fronteiras de diferentes sistemas, no caso, entre as fronteiras do “sistema-publicidade” e do “sistema-cidade”. Então se nós entendermos a publicidade como um texto da cultura, entende-se, por conseguinte, que esse texto se constrói em diálogo com outros sistemas culturais, com outras coisas além dele mesmo.

É dessa forma que podemos encarar a publicidade como um local de excelência para observar essas relações porque ela não existe isoladamente na cultura. Exemplo disso é que, se ocorrem modificações nos meios de comunicação, a publicidade também se transforma, porque ela só se constrói no diálogo com os meios.

Vemos então a publicidade como um “texto de fronteira”, e nesse sentido ela apresenta traços e uma codificação própria, mas também apresenta outros elementos, característicos de meios de comunicação diversos. Só por isso já se pode entender a publicidade como um arranjo sógnico que apresenta mais do que persuasão para o mero consumo do produto que está sendo anunciado, trazendo também informação.

Você cita a mídia ambiental como exemplo de uma opção de diálogo publicitário que vai além da persuasão para o consumo. Como você enxerga a ironia de que esse tipo de publicidade seja praticamente inexistente numa cidade como Manaus?

Parece-me que há ainda uma visão muito tradicional da publicidade elaborada em Manaus, pautada por um viés puramente mercadológico e pela padronização já estabelecida por esse mercado, que considera o espaço urbano apenas como base para a publicidade. E, de fato, dentro dessa visão não tem como sair dos for-

“ **A cidade não é apenas um suporte para a publicidade; ela constrói diálogos através desta** ”

matos tradicionais.

Já a mídia ambiental, a meu ver, implica necessariamente uma outra forma de se relacionar com a cidade. Não é nem tanto uma relação com o espaço urbano, pois a mídia exterior, de rua, é feita considerando a racionalidade das grandes vias estabelecidas pelo programa urbano.

Pensar a mídia ambiental implica, na verdade, em olhar para a cidade de forma mais contemplativa, que se aproveite disso para perceber o que a cidade tem a nos dizer e dizer, principalmente, para quem trabalha nesse ramo aqui. Bem, isso é uma hipótese, pois quando você começa a analisar a questão por esse viés, levando em consideração todas essas relações, é possível refletir sobre as diferentes possibilidades de comunicar algo.

Você participou recentemente de um evento na Ufam que debateu a publicidade. Que diferenças notou entre a abordagem dos profissionais e pesquisadores locais sobre a questão da publicidade urbana em relação ao contexto de sua pesquisa em São Paulo?

São pontos de vista bem diversos do que apresento em minhas pesquisas, por exemplo, e sabemos que esse ponto de vista não é exclusivo daqui. Ele existe também em São Paulo, em outros lugares e são bem tradicionais, principalmente em relação à mídia exterior. Lá [em São Paulo] existem profissionais que abominam essa ideia de mídia ambiental, por exemplo, e que acreditam que a publicidade externa é apenas aquela pré-estabelecida pelo planejamento urbano.

Mas é bacana podermos viver num meio que apresenta pontos de vista diferentes. A minha única preocupação é alguém querer chegar e dizer “É isso!”, impondo uma possibilidade de produção publicitária como se não houvesse outras.

A sua tese de doutorado, intitulada “A publicidade e a retórica do entretenimento”, apresenta algumas dessas

possibilidades, mas suas pesquisas analisam também as formas de consumismo na sociedade contemporânea? A que conclusões você chega sobre o assunto?

A minha intenção com essa pesquisa era entender a publicidade como texto cultural e de que forma é possível produzir outras informações mais profundas na cultura que o simples consumo do objeto. Logo, o que eu procurei saber era como é que a publicidade hoje, entendida como texto em relação com outros meios, constrói uma outra forma de persuasão. Esta forma já não precisa apresentar um argumento no qual se coloca o objeto anunciado no foco; ela acontece ao se colocar o produto como um objeto enquanto texto da cultura. Então, pode-se dizer que fui para uma direção contrária, pois trabalhei com a ideia de que uma publicidade que não tem como foco o objeto anunciado também pode persuadir, mas por um processo diferenciado que só pode ser compreendido quando inserido no todo da cultura. É o que chamo de retórica ambiental.

E algum aspecto dessa pesquisa levou a crer que esse tipo de publicidade diferenciada é mais efetivo?

Eu creio que em publicidade é difícil dizer seguramente que uma alternativa funciona melhor que outra. O sucesso da empreitada vai depender do público, do anunciante, dos seus propósitos. Pode ser que uma abordagem funcione muito bem para determinados anunciantes e públicos, dentro de seu ambiente comunicativo e da cultura em que está inserido, mas para outros ela pode não ser tão eficaz.

É como quando eu discuto às vezes com alunos que dizem que agora toda publicidade acontece em meio digital. Isso não existe, pois quando um meio surge, ele não elimina os outros. Por exemplo, ao mesmo tempo em que surgiram as mídias digitais, nunca houve tantas revistas em bancas de jornal, porque dentro da lógica da cultura, uma mídia não exclui a anterior. Além disso, uma mídia, seja ela digital ou analógica, comunica para diferentes públicos por meios diferentes para poder de fato atingi-los.

É por isso que não acredito que exista uma publicidade mais eficiente que a outra. Isso depende de uma série de variáveis, de todo um contexto.



Artigo

A democracia de conveniência

Katia de Araújo Lima Vallina

O Jornal da ADUA, n° 34, de abril/2011, publicou artigo intitulado “O CEL existe”, de autoria do prof. Dr. Sérgio Freire, questionando o parecer emitido por mim a propósito do Projeto do Centro de Estudos de Línguas – CEL. O artigo está eivado de inverdades e omissões deliberadas de informações sobre o teor do meu parecer. Vamos a elas:

a) Não fui eu quem fez consulta à Procuradoria Federal sobre a legalidade do CEL, mas sim o diretor do ICHL. O parecer recebido assegura que como projeto de extensão o CEL seria legal, ocorre que ele não foi submetido à Proexti.

b) Fui acusada de recorrer ao formal, segundo o professor, “como fazem os que não tem no mérito sustentação para a argumentação”. Quero explicitar que meu parecer apresenta uma análise minuciosa sobre o projeto, que nos limites deste artigo não posso ressaltar, mas que evidenciam a falta de transparência na gestão financeira, dentre outras irregularidades. Questiono: quem se esconde por trás da retórica e se eximiu de defender e dar explicações sobre projeto, ausentando-se na reunião do CONDEP?

c) É dito no artigo que “a professora nega o caráter de extensão de um Projeto que já atendeu a mais de 20 mil alunos”. Esclareço que não sou eu quem o nega, mas a própria Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização.

d) O professor apela para a honestidade intelectual. Diz: “É digno defender opiniões sem recorrer às falácias retóricas”. Entendo que quem deve ser lembrado dessa postura tão fundamental para todos nós – honestidade intelectual - é o próprio professor, senão vejamos. Em primeiro lugar, o professor manifesta-se sobre meu parecer no Jornal da ADUA e poderia tê-lo feito na reunião do CONDEP. Por que não o fez? Em segundo, o DLLE acatou uma decisão unânime tomada no CONDEP, com os votos favoráveis de seus representantes, o que significa que as medidas tomadas não foram por decisão individual – minha – mas de todo um colegiado. Em terceiro lugar, esclareço que o STF editou em 28 de agosto de 2008, a Súmula Vinculante n° 12, que expressa de forma inquestionável que a cobrança de taxas se afigura inconstitucional: “A cobrança de taxas de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da

Constituição Federal”.

e) Uma questão da maior gravidade e que, obviamente, não foi mencionada pelo professor diz respeito à certificação dos concludentes dos cursos do CEL. Cabe mencionar que os mesmos não são emitidos pela PROEXTI nem pela PROESP, nem pela PROEG uma vez que as atividades ali desenvolvidas não têm o aval de nenhuma destas três Pró-Reitorias. Insistir na continuidade desse projeto com essas implicações é ter honestidade intelectual? É estar preocupado com os alunos, que desconhecem que todo seu esforço não lhes garante certificado reconhecido pela UFAM?

f) No último parágrafo desse artigo se lê: “(...) No CEL, os alunos de Letras fazem estágio supervisionado (...) Dizer que o CEL não existe faz com que o ‘Salvo Melhor Juízo’ de um parecer exija resposta”. Sobre o estágio na graduação, esclareço que os estágios devem ser adequados ao que é estabelecido na Legislação Federal de Estágio (Lei n° 11.788/2008). A esse respeito o projeto CEL não está em conformidade com a Lei. Quem é o democrata de conveniência aqui?

Gostaria de evidenciar que, no cumprimento de minhas atribuições como conselheira, fui mera relatora cujo parecer – “salvo melhor juízo” – foi submetido a uma instância colegiada e por ela aprovado. Portanto, considero inócua qualquer tentativa de personalizar uma decisão que supostamente prejudicou os interesses do DLLE. Por que digo supostamente? Porque entendo que o próprio DLLE pode, seguindo os trâmites legais da UFAM, dar continuidade ao projeto. Ao decidir fazer um artigo criticando meu relato, o professor personaliza uma questão que não diz respeito exclusivamente a ele ou a mim, mas à própria universidade.

Por fim, quero registrar que desconsiderar as instâncias da universidade, não debater nos fóruns colegiados, não cumprir os regulamentos próprios para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, é, segundo as palavras do próprio professor, somente considerar aquela legislação “com que concordamos e seguimos ou da qual discordamos e não cumprimos, numa democracia de conveniência”, ou seja, a que o professor adota.

Katia de Araújo Lima Vallina, professora do Depto de Serviço Social e Conselheira do CONDEP/ICHL.

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/04/2011 a 29/04/2011

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	RECEITAS	45.055,25	51.571,68	100,00%
1.1	Contribuição dos Associados	43.746,85	43.899,95	85,13%
1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.083,91	995,99	1,93%
1.3	Receitas com Reprografia	224,49	27,15	0,05%
1.4	Rateio de Congresso	-	6.648,59	12,89%
2	DESPESAS	36.540,11	49.523,51	100,00%
2.1	PESSOAL	6.201,23	7.849,70	15,85%
2.1.1	Salários	5.196,23	6.574,70	13,28%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.005,00	1.275,00	2,57%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	1.234,49	3.199,64	6,46%
2.2.1	Contribuição INSS	974,68	2.389,64	4,83%
2.2.2	Contribuição FGTS	219,36	572,10	1,16%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	29,35	71,52	0,14%
2.2.4	IRRF s/Folha de Pagamento	11,10	22,20	0,04%
2.2.5	Contribuição Sindical	-	144,18	0,29%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	6.497,00	2.455,00	4,96%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	600,00	-	0,00%
2.3.2	Serviços de Distribuição de Jornais/Eventos	210,00	90,00	0,18%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	-	0,00%
2.3.4	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	-	510,00	1,03%
2.3.5	Serviços de Manutenção Hidraulica	220,00	-	0,00%
2.3.6	Serviços de Bolsa de Estagiário	800,00	800,00	1,62%
2.3.7	Serviços de Assistência Medica (Exames de Demissão)	-	25,00	0,05%
2.3.8	Serviços Administrativos/Lidia	2.537,00	-	0,00%
2.3.9	Serviços de Limpeza/Manutenção	630,00	1.030,00	2,08%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	4.840,00	4.390,00	8,86%
2.4.1	Serviços de Confeção de Faixas	620,00	100,00	0,20%
2.4.2	Serviços Graficos	3.200,00	3.200,00	6,46%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.020,00	1.090,00	2,20%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	10.367,01	10.342,72	20,89%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional/Congresso Uberlândia	8.751,31	8.730,93	17,63%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	215,50	214,75	0,43%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	350,05	349,26	0,71%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.050,15	1.047,78	2,12%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGEM	2.258,30	15.166,44	30,63%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	2.588,30	12.206,44	24,65%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	(330,00)	2.880,00	5,82%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	-	80,00	0,16%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	185,00	1.300,05	2,63%
2.7.1	Aquisição de Software/CPU/Roteador	185,00	697,00	1,41%
2.7.2	Aquisição de Telefone/Bebedouro	-	603,05	1,22%
2.8	BENS DE CONSUMO	4.939,02	4.567,58	9,21%
2.8.1	Telefone	454,79	557,65	1,13%
2.8.2	Correios/Malotes	43,10	759,65	1,53%
2.8.3	Combustível	350,00	265,00	0,54%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	52,00	22,00	0,04%
2.8.5	Materiais Hidraulicos	338,00	259,70	0,52%
2.8.6	Refeições e Lanches	1.005,83	135,99	0,27%
2.8.7	Material de Expediente/Limpeza	1.193,80	850,55	1,72%
2.8.8	Assinatura Provedor/Internet	44,80	44,80	0,09%
2.8.9	Cartório (Cópias/Autenticações-Reg.da Ata de Posse/Balanco)	51,30	-	0,00%
2.8.10	Assinatura de Revistas/Jornais/Livros	1.166,40	(290,00)	-0,59%
2.8.11	Materiais Eletricos	-	17,00	0,03%
2.8.12	Despesas com Seminários (Estatuinte)	-	1.747,24	3,53%
2.8.13	Despesas com Eventos	121,00	-	0,00%
2.8.14	Cartuchos e Toner de Tinta	118,00	198,00	0,40%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	18,06	252,38	0,51%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	18,06	252,38	0,51%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		26.532,11	35.047,25	
RECEITAS		45.055,25	51.571,68	
DESPESAS		(36.540,11)	(49.523,51)	
RESULTADO OPERACIONAL		35.047,25	37.095,42	
Banco do Brasil S/A C/C		20.503,07	27.770,28	
Aplicação Banco do Brasil		150.678,81	151.674,80	
CAIXA		5.468,27	53,24	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		176.650,15	179.498,32	

espaço cultural

A partir do mês de junho, o Teatro Amazonas terá profissionais especializados para realizar o serviço de “visitas guiadas” na Língua Brasileira de Sinais (Libras), conhecida como linguagem gestual, para pessoas com deficiência auditiva. Durante o passeio, que também tem opções nos idiomas inglês e espanhol, os participantes fazem um *tour* pela história do monumento, passando por todos os espaços do teatro. As visitas são de segunda-feira a sábado. Os valores são R\$10 (inteira) e R\$5 (meia-entrada). Informações: (92) 3622 1880 / 2420.

Caua

Exposição revela devastação da floresta Amazônica

Foto: Alberto César



O desmatamento da floresta Amazônica sob um olhar realista. É com fotografias que a exposição “Negativo - Territórios Descobertos”, em cartaz no Centro de Artes da Ufam (Caua), faz um alerta sobre o avanço da devastação florestal da região. O momento é ideal, já que o Congresso Nacional acaba de aprovar um polêmico Código Florestal brasileiro, que tem sérias repercussões na floresta de nossa região.

A mostra faz um recorte de seis anos do trabalho do fotógrafo Alberto César Araújo. As imagens selecionadas foram de sobrevôos pelas áreas de florestas nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Pará e Mato Grosso. “As imagens têm um apelo visual crítico. Ele conseguiu unir técnica e sensibilidade artística em um tema que está em pauta no mundo todo”, ressalta o curador Cristóvão Coutinho.

A exposição é a primeira individual de Alberto César nos últimos 10 anos e é composta de 17 fotografias, escolhidas entre 30 trabalhos para organizações não-governamentais como o Greenpeace, o Instituto Socioambiental (Isa) e para veículos de comunicação da cidade de Manaus. “O desmatamento produz uma paisagem cada vez mais pálida. Vista de cima, onde o positivo se torna negativo, o verde-floresta vira preto, vira cinza, fumaça e árvores em cha-

Ironicamente, a devastação assume a forma romântica do amor

mas”, diz Araújo.

O fotógrafo afirma que o verde da Amazônia já é escasso ao olhá-la de cima durante suas viagens. “Tenho 20 anos de carreira e, nos últimos cinco anos, o que se vê é uma verdadeira colcha de retalhos com muitas áreas devastadas”, disse.

Para o curador, a exposição mostra que embora haja um discurso vigente de políticos e ambientalistas sobre a preservação da Amazônia e o desenvolvimento sustentável, na prática a realidade é de destruição dos recursos naturais. “A Amazônia está sendo consumida pelas beiradas graças a interesses de grupos políticos. Nessa questão da preservação, tudo não passa de discurso. A realidade mostra que a sociedade consumista está acabando com a floresta cada vez

mais”, ressalta Coutinho.

Alberto César Araújo é subeditor do jornal Amazonas Em Tempo e fotógrafo nascido no Amazonas. Possui três prêmios na área: “Esso de Fotografia” (2001); “Dom Helder Câmara” (2000), da Associação dos Magistrados do Brasil; e “Prêmio de Jornalismo” (2001), na categoria fotografia, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam).

Vídeo

Durante a exposição fotográfica, será apresentado o vídeo “Mentira Repetida”, de Rodrigo Braga. Ele é um dos artistas referência das artes visuais no Estado. A obra mostra as impressões do artista amazonense, radicado em Recife (PE), sobre o arquipélago de Anavilhanas (AM).

Graduado em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Rodrigo detém os prêmios “Marcantonio Vilaça” – Funarte/ Minc (2009) e “Marc Ferrez de Fotografia” (2010).

A exposição “Negativo-Territórios Descobertos” do fotógrafo Alberto César Araújo, com curadoria de Cristóvão Coutinho, estará em cartaz até o dia 15 de Julho, no Caua (rua Monsenhor Coutinho, 724, no Centro de Manaus). A entrada é gratuita e os horários de visitação são de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h. Informações: (92) 3305-5150.

Vale a pena ver



Tomzé Costa

DVD: Alexandria
Espanha, 2009.
Drama, 127 min.
Direção: Alejandro Amenábar
Distribuição: Flashstar

Vale aqui uma observação inicial: este é um daqueles filmes que passaram ao largo dos cinemas do país. Talvez porque não tenham grandes nomes no elenco (se bem que Rachel Weisz é um nome bem conhecido), talvez porque seja uma produção européia, ou talvez seja por algum tipo de “idiosincrasia” das nossas empresas cinematográficas. Mas, se isto aconteceu no país, o que pensar de Manaus? Talvez nunca os cinemas venham a exibi-lo. Quem perde é o público, pois o filme é grandioso. Não só na proposta de levantar a participação feminina em atuação definidora numa época de profunda marca machista, como era o ano 391 (época em que se passa o filme), no Egito, mas também por demonstrar como o cristianismo ascendeu ao controle religioso à base de muita morte e carnificina.

A trama, baseada em fatos reais, mostra a liderança da filósofa Hypátia (vívda intensamente por Rachel Weisz) em Alexandria, no Egito. Única personagem feminina do filme, ela ensina filosofia, matemática e astronomia na Escola de Alexandria, junto à Biblioteca. Fora da escola, no agora (daí o título original) de Alexandria, se debatia um conflito religioso: os “pagãos” egípcios, os judeus e o recente cristianismo adotado por Roma como religião oficial. O que ocorre é um verdadeiro massacre para que o cristianismo predomine: de religião intolerada passa a religião intolerante. Este é o caldeirão de embates religiosos de pano de fundo do filme.

No meio disto, vemos Hypátia atuando como professora de escravos. Ateísta, é mal vista tanto por pagãos como por cristãos. Mas, como quase todo filme, há na trama uma história de amor. Ou quase, porque Hypátia se mostra obcecada por seu trabalho, a ponto de refutar tanto o amor de Orestes (Oscar Isaac), cristão e futuro prefeito da cidade, como de Davus (Max Minghella), escravo alforriado e recém-convertido ao cristianismo. Por manter-se fiel à ciência e indiferente às questões amorosas e religiosas, ela paga o preço com sua morte, no momento de outra “morte”, a da biblioteca de Alexandria, invadida e destruída por todos. É como se Amenábar quisesse simbolizar que o fundamentalismo religioso é incompatível com o desenvolvimento do conhecimento humano.

O diretor já deu mostra de sua capacidade criativa desde o tenso “Morte ao Vivo” (96), passando pelo suspense de “Os Outros” (01) e chegando ao sensível “Mar Adentro” (04). Neste filme, misto de épico e drama, ele trabalha de forma sutil política e religião, demonstrando que quando uma e outra se tornam exacerbadas o que sobrevive é um clima de exagero, terror, censura e morte. Não muito diferente dos fundamentalismos de hoje. Um ótimo trabalho, premiado com sete prêmios Goya, de um cineasta maior da nova safra espanhola.

Tomzé Costa é jornalista e professor da Ufam; é responsável pela edição do Jornal da Adua.

Vale a pena ler



Susy Freitas

Livro: Arte e mídia
Autor: Arlindo Machado
Editora: Zahar
Nº de páginas: 88
Valor: R\$ 22,00

contemporaneidade esse objeto se transforma.

São essas transformações o ponto de partida de “Arte e mídia”. A noção de uma arte participativa, de sua transfiguração como processo e a necessidade cada vez maior da ação do público para a construção da obra são alguns dos pontos abordados por Machado com uma linguagem de fácil compreensão para leitores de diferentes formações.

Em “Arte e mídia”, Machado defende a ideia de que toda arte é feita com os meios de seu tempo; logo, nada mais natural que a utilização de computadores, do vídeo e da televisão, por exemplo. Porém, o autor explicita que não é a mera utilização dos meios que caracteriza essa arte, e sim que os dois conceitos se contaminam e transformam um ao outro em

diversos aspectos.

Além de introduzir o leitor numa concepção de arte relativamente nova, o livro também serve de material introdutório para conhecer alguns dos nomes mais proeminentes do meio artístico contemporâneo, citando realizadores como o compositor Conlon Nancarrow e o videoartista Nam June Paik, dentre outros. “Arte e mídia” é uma boa maneira de começar a vencer os preconceitos e entender o que há por trás das expressões artísticas cada vez mais diferentes e intrigantes da atualidade.

Susy Freitas é formada em Letras, concluinte de Jornalismo e mestranda do PPGCOM/Ufam; é estagiária da Adua.

Com o livro “Arte e mídia”, o professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Arlindo Machado, proporciona uma leitura sintética e introdutória sobre os novos rumos da arte contemporânea. Se a arte antes poderia ser representada por um objeto estático alocado em museus e galerias para ser admirado pelo público e cuja relevância só poderia ser assinalada por críticos e teóricos, na

internacional

Chamam-na democracia. E não é”

Carlos Taibo

Nós, que estamos aqui, somos certamente, pessoas muito diversas. Temos projetos e ideais diferentes. Já conseguimos, contudo, nos colocar de acordo em um punhado de ideias básicas. Tentarei resumi-las de maneira muito rápida.

Primeira. Chamam-na democracia e não é. As principais instituições e, com elas, os principais partidos têm mostrado enorme capacidade para funcionar à margem do ruído incômodo que emite a população. Os dois partidos mais importantes, em particular, encenam há tempos uma confrontação aparentemente dura, que esconde, em essência, uma identidade de ideias. Um e outro mantêm em suas fileiras, por certo, pessoas de moralidade mais que duvidosa. Não é difícil adivinhar o que há por trás: na realidade, quem dita as regras do jogo são formidáveis corporações econômico-financeiras.

Segunda. Somos vítimas com frequência de grandes cifras que nos são impostas. Em maio de 2010, por exemplo, a União Europeia exigiu do governo espanhol que reduzisse em 15 bilhões de euros os gastos públicos.

Para compreender, vale a pena uma rápida comparação com outras cifras. Há alguns anos, esse governo espanhol que acabo de mencionar destinou, a princípio, 9 bilhões de euros ao saneamento de uma única instituição de poupança, a de Castilha-La Mancha, que estava à beira da falência. Estou falando, portanto, de uma cifra que se aproximava a dois terços da exigida em cortes pela União Europeia. Durante dois anos fiscais consecutivos, esse mesmo governo ofereceu 400 euros a todos os que fazem uma declaração de renda. A todos mesmo, diga-se de passagem: do senhor Botín [principal acionista do Grupo Santander] ao cidadão mais pobre. Segundo estimativas, esse presente custou, a cada ano, 10 bilhões de euros. Estou falando do mesmo governo, que se autointitula socialista, que não vacilou em suprimir o imposto sobre patrimônio (que pela lógica incide sobre os ricos), enquanto incrementava outro tributo, o IVA [semelhante ao ICMS brasileiro, o IVA incide sobre o preço das mercadorias, independentemente da renda de quem as adquire. Por isso, é insignificante para os endinheirados e onera os monetariamente pobres – N.T.], que castiga os

pobres. O mesmo governo, por fim, que nada faz para lutar contra a fraude fiscal e que mantém a legislação mais frouxa da União Europeia no que toca a evasão de capitais e paraísos fiscais.

Terceira. Se há um deus que adora políticos, economistas e muitos sindicalistas, esse deus é o da competitividade. Qualquer pessoa com cérebro sabe, contudo, em que se traduziram, para a maioria dos que estão aqui, os formidáveis lucros nos últimos anos, em matéria de competitividade: salários cada vez mais baixos, jornadas de trabalho cada vez mais prolongadas, direitos sociais que retrocedem, precariedade por todas as partes.

Não é difícil identificar as vítimas de tanta miséria. A primeira são os jovens, que engrossam maciçamente nosso exército de reserva de desempregados. Se não houvesse muitas tragédias por trás, seria divertido examinar esta evolução terminológica, que há cinco anos criou a expressão mileuristas [o termo mileuristas designa, na Espanha, profissionais qualificados forçados a aceitar empregos precários, em que recebem em torno de mil euros] para retratar uma situação delicada. Hoje, somos tentados a falar em quinhentoseuristas e amanhã, se as coisas persistirem como vão, seremos obrigados a inventar trezentoseuristas.

A segunda vítima são as mulheres, sempre com os piores salários e condenadas a ocupar as escalas inferiores da pirâmide produtiva, muitas vezes obrigadas a fazer o trabalho doméstico. Uma terceira vítima são os esquecidos de sempre: os anciãos, ignorados em particular por esses dois maravilhosos sindicatos, Comissões Operárias e UGT, sempre dispostos a firmar o infirmável. Não quero esquecer, um quarto e último lugar, nossos amigos imigrantes, convertidos, segundo as conjunturas, em mercadorias de reposição. Estou falando, ao fim e ao cabo, de uma pequena minoria da população: jovens, mulheres, anciãos e imigrantes...

Quarta. Não quero deixar no esquecimento os direitos das gerações vindouras e, com eles, os das demais espécies que nos acompanham no planeta Terra. Digo-o porque neste país confundimos crescimento e consumo, por um lado, com felicidade e bem-estar, por outro. Falo do mesmo país que permitiu, orgulhoso, o enorme aumento de sua pegada ecológica e a ruptura de precários equilíbrios am-

O escritor espanhol Carlos Taibo, em fala a multidão que ocupava a Puerta Del Sol, em Madri, na tarde do dia 21 de maio, fez um libelo contra a falsa democracia existente hoje naquele país, razão da forte mobilização popular que impôs uma grande derrota ao partido governista nas eleições do dia seguinte. “Quem dita as regras do jogo são formidáveis corporações econômico-financeiras”, sintetiza ele. Leia aqui seu decisivo pronunciamento.

Foto: Pedro Armestre (AFP)



bientais. Aqui estão, para testemunhá-lo, a idolatria do automóvel e de sua cultura, esses maravilhosos trens de alta velocidade que permitem que os ricos se movam com rapidez enquanto deterioram-se as alternativas de transporte ao alcance das classes populares, a destruição talvez irreversível, de nosso litoral ou, para não esquecer, a dramática desapareção da vida rural. Nada retrata melhor onde estamos que a posição da Espanha diante do aquecimento global. Estamos no último vagão da União Europeia, com um governo que alimenta a vergonhosa compra de cotas de contaminação em países pobres que não estão em condições de esgotar as suas.

Quinta. Entre as reivindicações levantadas pela plataforma que promove estas manifestações e concentrações, uma refere-se expressamente à urgência de reduzir o gasto militar. Parece de grande pertinência, ainda mais porque, nos últimos anos, pudemos comprovar como nossos diferentes governantes rebaixaram de maneira muito sensível a ajuda ao desenvolvimento. Nunca será demais repetir: o momento mais tétrico de nossa crise nos coloca num cenário claramente preferível ao momento mais confortável da situação da maioria dos países do Sul.

Volto, contudo, ao gasto militar. Este último, visivelmente subestimado, responde a dois grandes objetivos. O primeiro é manter a Espanha no núcleo dos países poderosos, com os deveres correspondentes, em matéria de apoio às guerras de rapina global que os Estados Unidos lideram. O segundo vincula-se com a vontade de preservar franco apoio ao que fazem tantas empresas espanholas no exterior. Alguém já teve notícia de que

algum porta-voz do Partido Socialista ou do Partido Popular se atreveu a criticar, ainda que levemente, as violações de direitos humanos básicas praticadas por empresas espanholas na Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Argentina ou Brasil?

Acabo. Gostaria nestas horas de recordar alguém que nos deixou em Madri, na última terça-feira. Falo de Ramón Fernández Durán, que iluminou nosso conhecimento no que diz respeito às misérias do capitalismo global e nos alertou sobre o que nos espera nesta verdadeira idade das trevas em que, se não lutarmos, entraremos a força. Não me ocorre melhor maneira de fazê-lo que resgatar uma frase repetida muitas vezes por meu amigo José Luis Sampedro [escritor e economista espanhol, que prega uma economia mais solidária, capaz de contribuir para a dignidade dos povos], cuja saudação escutaremos, por certo, dentro de uns minutos. A frase em questão, que reflete com muita clareza nossa intenção desta tarde, foi pronunciada por Martin Luther King, o principal animador do movimento de direitos civis nos Estados Unidos, cinquenta anos atrás. Diz assim: “Quando refletirmos sobre nosso século, o que nos parecerá mais grave não serão os urros dos maus, mas o silêncio dos bons”. Obrigado por terem me escutado.

Carlos Taibo é escritor e professor titular de Ciência Política e Administração na Universidade Autónoma de Madri. Lidera o movimento espanhol antiglobalização.

(publicado em Adital, em 23.05.2011. Traduzido por Luís F. C. Nagao)